De volta para a casa: a distribuição dos brasileiros retornados do exterior

Wilson Fusco, Sylvain Souchaud

▶ **To cite this version:**

Wilson Fusco, Sylvain Souchaud. De volta para a casa: a distribuição dos brasileiros retornados do exterior. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Oct 2008, Caxambu, Brazil. pp.19. ird-00323523

HAL Id: ird-00323523
https://ird.hal.science/ird-00323523

Submitted on 22 Sep 2008

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

De volta para casa: a distribuição dos brasileiros retornados do exterior[*]

Wilson Fusco[♣]
Sylvain Souchaud[♦]

Palavras-chave: migração internacional; migração de retorno; distribuição espacial da população.

Resumo

Na América e em particular na América Latina, o estudo da migração de retorno foi pouco considerado devido, num primeiro momento, à natureza dos fluxos. As migrações históricas, oriundas da Europa, Ásia e África, são consideradas como de orientação única. O progresso da abordagem sistemática, por outro lado, fez com que o tema do retorno adquirisse importância. Sem embargo, o retorno do migrante está incluído no conjunto das modalidades das transferências e impactos nos lugares de origem. Por outro lado, foi se desenvolvendo a construção de uma categoria específica de retorno, designado como "étnico". Nesse caso, a migração supõe um processo histórico que, atravessando as gerações, vai alimentando um projeto político nacional, e até nacionalista. Ao redor da experiência histórica do afastamento, constrói-se uma identidade coletiva, cristalizada no retorno. Neste trabalho, propomos considerar o retorno em função das próprias características do fluxo de emigração que lhe dá origem. A partir de três casos de estudo atuais, o retorno do Japão, Paraguai e Estados Unidos, colocamos, no primeiro caso, a importância da formação e consolidação histórica do fluxo de ida na organização do retorno. No caso do retorno do Paraguai percebemos a importância do contexto territorial brasileiro, no caso a dinâmica da fronteira agrícola na ativação dos fluxos e contra-fluxos. O retorno dos Estados Unidos, por sua vez, "não tem história", mas estrutura-se através dos laços sociais fortes que fundamentam a saída inicial do Brasil.

---

[*] Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

[♣] Demógrafo, pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

[♦] Geógrafo, pesquisador de Institut de recherche pour le développement (IRD), Pesquisador colaborador do NEPO-UNICAMP.

De volta para casa: a distribuição dos brasileiros retornados do exterior[*]

Wilson Fusco[♣]
Sylvain Souchaud[♦]

Introdução

A migração de retorno vem ocupando um espaço crescente dentre os estudos migratórios. No Brasil, atualmente considerado, também, um país de emigração internacional, observa-se importantes movimentos de retorno. Ainda que bastante diversificados quanto à origem geográfica, nota-se que três paises alimentam o fluxo com aproximadamente 60% do volume total, ou seja, Paraguai, Japão e Estados Unidos. A partir desses três casos, propomos, neste trabalho, considerar o retorno em função das próprias características do fluxo de emigração que lhe dá origem. Para tal partimos da observação dos dados do Censo 2000 (IBGE) sobre a distribuição, por município, dos retornados, definidos em função do país de nascimento e residência no momento do censo e da declaração de última residência em país estrangeiro nos dez anos anteriores ao censo[1]. O mapeamento da distribuição municipal deste dado em função do país de origem (ou de destino, se observado na perspectiva da emigração) fez aparecer forte contraste, o qual, segundo acreditamos, permitiria de alguma forma a reconstituição dos antecedentes de cada processo migratório visualizado. Pensamos, então, que seria interessante testar essa hipótese, já que a mesma poderia evidenciar uma forte continuidade no processo migratório, ou seja, a estreita associação entre a emigração, o retorno e seus determinantes, talvez mais importante do que grande parte da literatura a respeito tende a considerar.

Num primeiro momento serão assinaladas algumas das maiores orientações teóricas que se destacam quando se trata de retorno. Depois consideraremos, a partir da análise do caso de retorno do Paraguai, a importância do contexto territorial brasileiro, ou seja, a dinâmica da fronteira agrícola na ativação dos fluxos e contra-fluxos. A seguir, veremos que o retorno do Japão mostra a importância da formação e consolidação histórica do fluxo de imigração japonesa no Brasil na organização desse mesmo retorno. Por fim, tentaremos mostrar que o retorno dos Estados Unidos, apesar de "não ter história", estrutura-se claramente através dos laços sociais, que, embora tenham sido ativados para organizar a emigração, continuam essenciais na estruturação do retorno.

---

[*] Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

[♣] Demógrafo, pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

[♦] Geógrafo, pesquisador de Institut de recherche pour le développement (IRD), Pesquisador colaborador do NEPO-UNICAMP.

[1] O migrante que declara residência anterior (nos últimos 10 anos) diferente da atual é conhecido como de "última etapa". Optamos por não utilizar o quesito data-fixa (local de residência 5 anos antes do censo) porque o mesmo não contribuiria aos objetivos deste trabalho.

O retorno: construção de um a categoria migratória.

Dentre os tipos de movimentos migratórios estudados, o de retorno assume uma posição particular[2]. Ainda que, para esse tipo de deslocamento, o desenvolvimento de estudos de maior fôlego seja recente, a questão já era mencionada em 1885 por Ravenstein, o qual observou que "cada corrente migratória principal produz, em compensação, uma contracorrente" [3]. Na América e, em particular, na América Latina, o tema foi pouco considerado devido, num primeiro momento, à natureza dos fluxos. As migrações históricas, oriundas da Europa, Ásia e África, foram consideradas como de orientação única; por terem sido migrações de mão de obra, de povoamento, pareciam ter vocação a serem definitivas. No caso brasileiro, a preocupação pelo retorno, quando aparece, se encontra ligada ao estudo dos fluxos históricos de imigração, principalmente europeus (Bassanezi, 1995). Assim, o retorno dos imigrantes italianos, espanhóis etc. é avaliado com o intuito de relativizar os volumes de entrada de populações européias e para melhor precisar os estoques de imigrantes no país em determinada época, ou seja, quando o Brasil assumiu um perfil imigratório, entre a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. Pode-se considerar, dessa forma, que as implicações do retorno nos espaços de saída não aparecem como uma questão a ser analisada em si mesma. Exceção notável pode ser apreciada no trabalho de Pierre Verger (1968), que muito cedo considera, ao mesmo tempo, as várias vertentes geográficas do processo migratório, entre as quais circulam, transitam indivíduos, bens e informações, o que acaba formando um espaço em si.

O progresso da abordagem sistemática resultou em maior importância para o tema do retorno. Podemos identificar, pelo menos, duas orientações nos estudos migratórios atuais. Na primeira, o retorno do migrante está incluído no conjunto das modalidades das transferências e impactos nos lugares de origem. Dessa forma, muitas vezes, associa-se o tema do retorno ao estudo das remessas e à temática mais envolvente das transferências migratórias, especialmente na perspectiva dos fluxos migratórios Norte-Sul. Esse olhar alimenta a crescente dimensão utilitarista da migração, já que se observa, entre as organizações internacionais, uma tendência a transferir cada vez mais a responsabilidade do desenvolvimento aos migrantes internacionais: o migrante internacional seria um ator do desenvolvimento local no seu país de origem, seja pelas remessas que ele vem fazendo ao longo de sua emigração, seja no momento do retorno.

Por outro lado, foi se desenvolvendo a construção de uma categoria de retorno específica, designada como "retorno étnico". Desta vez, a migração supõe um processo histórico que, atravessando as gerações, vai alimentando um projeto político nacional, e até nacionalista. Junto à experiência histórica do afastamento, constrói-se uma identidade coletiva, cristalizada no retorno. Essa visão do retorno, muitas vezes, conecta-se com ao processo diaspórico, como no caso de retorno a Israel (Aliya) para a população judia (Berthomière, 1996), ou no caso de grupos nacionais da Europa do Leste (Michalon, 2006).

---

[2] Sendo este um primeiro trabalho sobre a questão do retorno migratório, não pretendemos aqui expor uma visão bibliográfica completa do tratamento do retorno migratório, mas tentar identificar o contexto que torna possível a nossa proposta.

[3] "*Each main current of migration produces a compensating counter current*", Ravenstein E. 1885. The Laws of Migration. *Journal of the Statistical*:167-235.

O retorno do Paraguai no contexto da fronteira agrícola

O retorno do Paraguai é o movimento de maior volume, dentre os analisados, registra em 2000, no Brasil. Verificou-se que 50.201 pessoas nascidas e residentes no Brasil declararam residência anterior no Paraguai, entre 1990 e 2000. Essas pessoas representam 26,8% do total da população retornada de outros países, e esse contingente está bastante concentrado em duas Unidades da Federação: Paraná (61,8%) e Mato Grosso do Sul (16,2%).

Tabela 1
População nascida no Brasil, com residência anterior no Paraguai, segundo sexo e UF de residência em 2000.

UF de Residência	Sexo (% por UF)		Participação da UF no Total (%)
	Masculino	Feminino	
Rondônia	43,63	56,37	1,11
Acre	64,58	35,42	0,10
Amazonas	50,00	50,00	0,01
Roraima	50,00	50,00	0,04
Pará	53,99	46,01	0,52
Tocantins	100,00	0,00	0,01
Piauí	25,71	74,29	0,07
Ceará	100,00	0,00	0,04
Rio Grande do Norte	38,10	61,90	0,04
Paraíba	100,00	0,00	0,04
Pernambuco	44,00	56,00	0,10
Alagoas	78,05	21,95	0,08
Sergipe	75,68	24,32	0,07
Bahia	27,27	72,73	0,15
Minas Gerais	67,82	32,18	0,63
Espírito Santo	41,86	58,14	0,09
Rio de Janeiro	39,68	60,32	0,38
São Paulo	46,37	53,63	3,81
Paraná	51,17	48,83	61,75
Santa Catarina	53,67	46,33	5,35
Rio Grande do Sul	53,33	46,67	3,53
Mato Grosso do Sul	51,91	48,09	16,24
Mato Grosso	56,41	43,59	5,44
Goiás	100,00	0,00	0,11
Distrito Federal	35,21	64,79	0,28
Total	**51,63**	**48,37**	**100,00**
N			**50201**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000. Tabulação própria.

Parece importante lembrar fatos que, se não aportam explicações diretas ao fenômeno, contribuem de alguma forma para seu entendimento. Obviamente, devido ao fato de que os censos medem estoques instantâneos e não movimentos permanentes, algumas evidências podem escapar às medições censitárias. Dentre os fatos prováveis que os censos não necessariamente captam, mencionaremos que, para alimentar tamanho movimento populacional de retorno, deve ter existido uma forte emigração brasileira para o Paraguai, e que essa população teria diminuído ou se renovado, em parte, no último período intercensitário. De fato, ainda que não haja consenso a respeito dos números, nos anos de 1990 a população nascida no Brasil e residente no Paraguai era o maior contingente emigrante

do Brasil[4], o qual diminuiu fortemente, passando de 108.000 a 83.000 pessoas entre 1992 e 2002 (Souchaud, 2004). O retorno já nos dá uma indicação de uma potente evolução do processo migratório brasileiro no Paraguai nos últimos 15 anos. Mas isso é outro assunto.

Tabela 2
População nascida no Brasil, com residência anterior no Paraguai, segundo situação do domicílio e UF de residência em 2000.

UF de Residência	Situação do Domicílio		Participação da UF no Total (%)
	Urbano	Rural	
Rondônia	79,35	20,65	1,11
Acre	58,33	41,67	0,10
Amazonas	0,00	100,00	0,01
Roraima	0,00	100,00	0,04
Pará	23,19	76,81	0,52
Tocantins	100,00	0,00	0,01
Piauí	100,00	0,00	0,07
Ceará	100,00	0,00	0,04
Rio Grande do Norte	77,27	22,73	0,04
Paraíba	78,95	21,05	0,04
Pernambuco	100,00	0,00	0,10
Alagoas	100,00	0,00	0,08
Sergipe	100,00	0,00	0,07
Bahia	94,81	5,19	0,15
Minas Gerais	84,23	15,77	0,63
Espírito Santo	100,00	0,00	0,09
Rio de Janeiro	92,02	7,98	0,37
São Paulo	85,77	14,23	3,81
Paraná	72,52	27,48	61,75
Santa Catarina	66,74	33,26	5,35
Rio Grande do Sul	71,97	28,03	3,53
Mato Grosso do Sul	74,15	25,85	16,24
Mato Grosso	52,76	47,24	5,44
Goiás	76,36	23,64	0,11
Distrito Federal	100,00	0,00	0,28
Total	**72,05**	**27,95**	**100,00**
N			**50201**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000. Tabulação própria.

O mapa 1 mostra a distribuição dos retornados do Paraguai segundo o município de residência em 2000. Três tipos de localização nos parecem relevantes. Sobre o primeiro tipo, vemos que grande parte dos migrantes retornados concentra-se nos municípios da fronteira, principalmente entre Foz de Iguaçu[5], principal receptor de retornados (6.738 migrantes), no Paraná, e Bela Vista, em Mato Grosso do Sul, espaço imediatamente próximo à área de maior concentração de imigrantes brasileiros no Paraguai. Talvez seja mais uma observação do que uma explicação, porque, na realidade, acreditamos que essa localização esteja ligada à origem geográfica dos migrantes. Já se observou em estudos anteriores (Souchaud, 2007) a importância do oeste e noroeste paranaenses nas trajetórias migratórias dos migrantes

[4] Se forem considerados, para o período em questão, os registros oficiais dos países de destino, é o Paraguai que concentrava o maior contingente de migrantes brasileiros. Por outro lado, as estimativas do Itamaraty apontavam, para o mesmo período, os Estados Unidos como local de residência da maior quantidade de brasileiros no exterior.

[5] O município de Foz do Iguaçu concentrou o maior volume de retornados do Paraguai em 2000 (13,4%).

brasileiros no Paraguai. Essa importância pode ser apreciada de duas formas. Primeiro, porque o Paraná é o lugar de nascimento de muitos migrantes, mas principalmente dos mais novos e recentes, relacionados ao momento em que a colonização[6] perde sua vinculação quase exclusiva à agricultura e começa a assumir cada vez mais outras funções, principalmente comercial e de serviços. Segundo, porque o Paraná é um lugar importante de última residência anterior ao ingresso no Paraguai. Muitas vezes, nativos do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, ou da Bahia, por exemplo, passaram por uma etapa no Paraná durante um determinado tempo, que pode ter correspondido a vários anos, antes de entrar no Paraguai. Essa atração do Paraná ocidental sobre a trajetória dos fluxos migratórios para o Paraguai se explica pela vasta dinâmica da fronteira agrícola no Brasil. Com efeito, a migração brasileira no Paraguai inicia-se justamente com o desenvolvimento da modernização agrícola e a progressiva expulsão de mão-de-obra do meio rural, sendo que parte importante dela migrou para o Paraguai. Até poderíamos dizer que essa migração brasileira, da qual a população que participa é predominantemente mais jovem e urbana, e que começa a aparecer nos anos de 1990 nos pequenos centros urbanos do Paraguai oriental, é também ligada ao processo de modernização agrícola e ao esgotamento da fronteira agrícola no Paraná dos anos de 1960-1970: é a segunda geração, que cresceu na cidade e cujos pais participaram do êxodo rural.

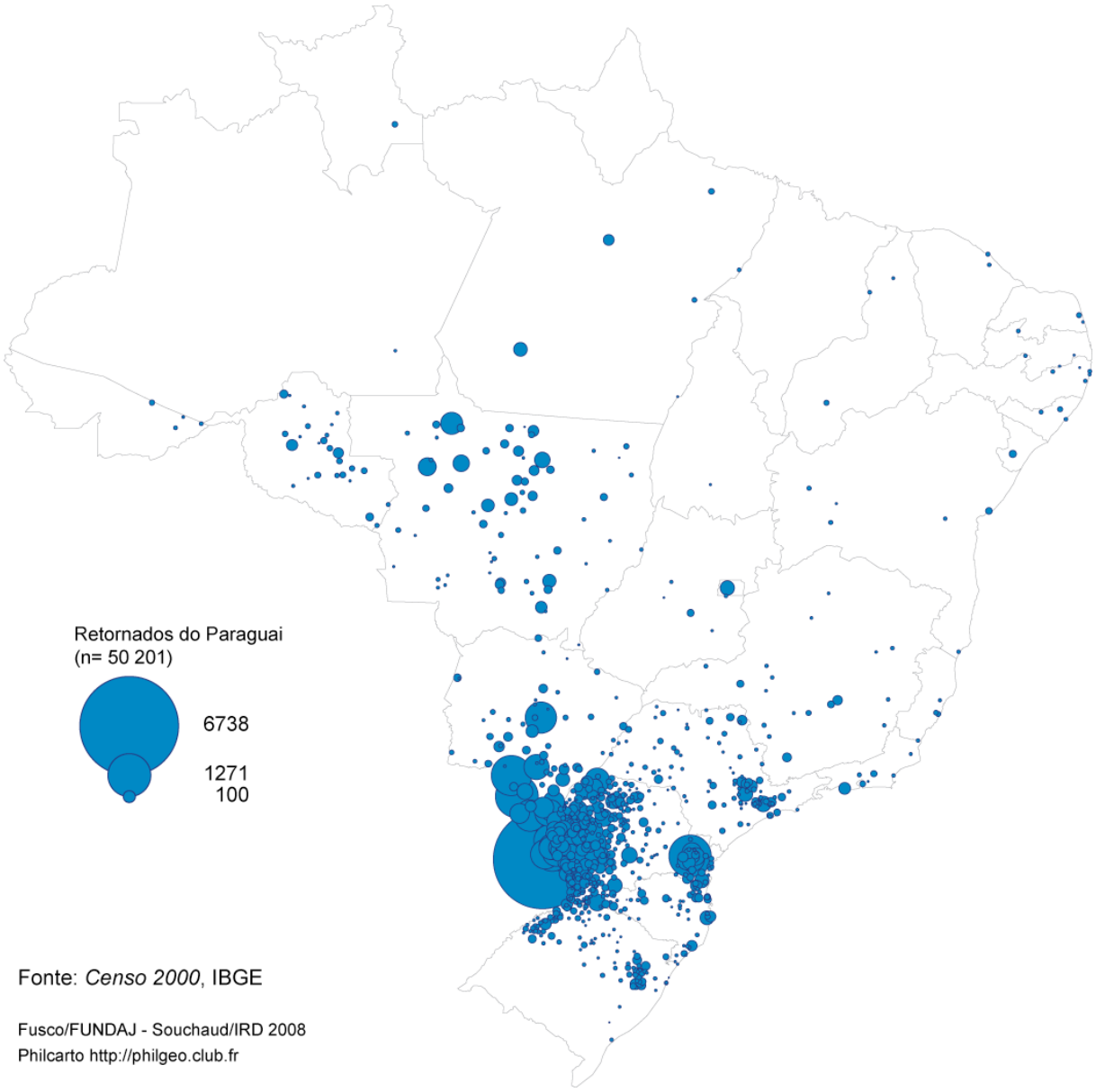
A importância do retorno no noroeste do Rio Grande do Sul, que é para nós um segundo espaço de concentração relevante, pode ser explicada de forma similar ao primeiro, na perspectiva territorial da fronteira agrícola. O noroeste deste estado, tradicional espaço da pequena agricultura, conheceu uma forte crise fundiária no terceiro quarto do século XX, talvez mais em razão da diminuição das reservas de terras, consecutiva ao crescimento populacional, e a um processo de modernização agrícola. Essa região expulsou muitas famílias de agricultores nos anos de 1980 e 1990, dos quais um contingente relevante encontrava-se no Paraguai, alimentando as camadas mais pobres da população migrante brasileira neste país.

O terceiro espaço, com uma corrente de retorno expressiva, pode ser observado em Mato Grosso e Rondônia. Existe, novamente, a tentação de explicá-los em função da dinâmica associada à fronteira agrícola. Mas, nos dois primeiros casos, a fronteira agrícola apareceu como elemento dinamizador do fluxo, enquanto que, desta vez, a fronteira movimenta o contra fluxo. É de se supor que os migrantes de retorno, os quais se destinam aos municípios de Rondônia e Mato Grosso, estejam em busca do dinamismo da agricultura comercial, principalmente daquele relacionado à soja.

A forte conexão do retorno do Paraguai com a dinâmica da fronteira agrícola aparece também na tabela 7: uma grande proporção, pouco mais de 32% do total de retornados que estavam ocupados no momento do censo, havia declarado sua atividade no setor de agricultura, pecuária e assemelhados. Nota-se também que 12,0% dos ocupados estavam trabalhando em serviços domésticos, ou seja, mais um importante indício da terceirização (mencionada acima) e, ao mesmo tempo, da situação precária de parte importante da população migrante.

[6] Referimo-nos aqui à idéia de expansão, ocupação e valorização de um espaço tido como marginal e/ou vazio, movimento alimentado principalmente por uma dinâmica agrícola; em latim, o verbo "*colo"* significa cultivar, cuidar, morar. A palavra, neste contexto, é sinônima de "frente pioneira", cujo estudo foi inaugurado no Brasil pelo geógrafo Pierre Monbeig.

Mapa 1. População nascida no Brasil que declarou residência anterior no Paraguai segundo município de residência em 2000.



A situação dos domicílios de residência dos retornados também nos dá indicações interessantes sobre os caracteres do retorno. Na tabela 2, aparece claramente a conexão da migração para o Paraguai com o espaço rural, inclusive no retorno. Nas Unidades da Federação que foram historicamente expulsoras, isto é, que alimentaram a migração para o Paraguai - Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul -, a taxa de retornados residentes rurais é alta, não somente em relação à taxa nacional, mas também em relação à taxa entre populações de migrantes internacionais, tradicionalmente muito mais urbanas. Essa taxa é ainda mais elevada entre os retornados dos estados mais ao norte: Mato Grosso (47,2% moravam em área rural), Acre (41,7%) e Pará (76,8%). Ainda que estes três estados agrupem somente 6% dos retornados do Paraguai, esses números confirmam a idéia, explicitada mais acima, de que parte desse retorno se destina às áreas vivas - isto é, dinâmicas e em expansão - da fronteira agrícola atual, ou seja, nas periferias meridionais e orientais da Amazônia legal.

Tentamos aqui mencionar, principalmente ao interpretarmos a distribuição espacial dos migrantes retornados do Paraguai, como essa migração é indissociável à dinâmica da fronteira agrícola: no retorno consegue-se resgatar tanto parte dos determinantes da emigração brasileira para o Paraguai, quanto elementos importantes da dinâmica territorial brasileira recente, esta que é ligada à movimentação da fronteira agrícola desde seus episódios no Sul do Brasil, no último quarto do século XX, até seus prolongamentos recentes.

O retorno do Japão e sua correspondência com a imigração japonesa no Brasil.

Os indivíduos, nascidos no Brasil, que tiveram o Japão como última etapa migratória antes de voltar ao país, formam o segundo maior contingente de retornados, ou seja, 17% do total (31.775 pessoas), segundo o censo de 2000. Ainda que esta proporção não se afaste muito da medida de retornados dos Estados Unidos, o tamanho da comunidade brasileira no Japão era muito menor que nos EUA, ambas estimadas pelo Ministério das Relações Exteriores em 225 mil e 800 mil pessoas em 2001, respectivamente (apud Fusco, 2005). Esse aparente paradoxo, ou seja, o conflito com a percepção de que seria menor a probabilidade de encontrarmos retornados saídos de um universo menor e espacialmente mais distante, é possível de ser explicado. O retorno, para esta argumentação específica, deve ser considerado em sua modalidade não-definitiva, observada no migrante retornado que retoma o trajeto ao exterior depois de residir determinado tempo no Brasil[7]. Desse modo, os migrantes que vão ao Japão utilizam a lei de imigração desse país, a qual permite múltiplos retornos aos descendentes de japoneses, enquanto que o migrante indocumentado que consegue entrar em território norte-americano mais raramente se arrisca a um retorno "temporário" ao Brasil. Dessa forma, para os dekasseguis, ao realizarem maior número de viagens entre origem e destino, a probabilidade de terem sido registrados como retornados no momento em que ocorreu o censo foi maior.

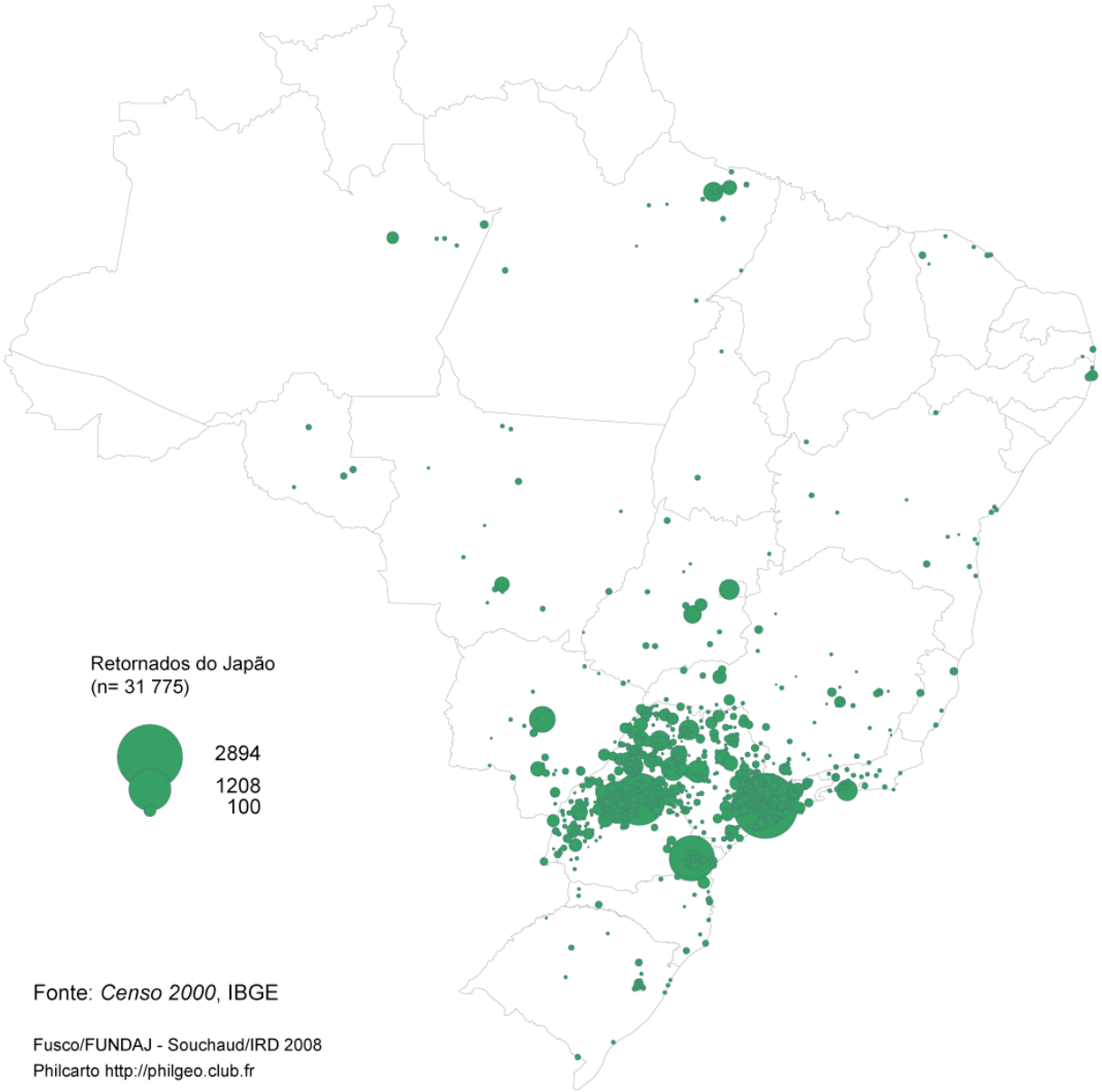
Para que pudessem se beneficiar da lei referida acima, os migrantes deveriam preencher requisitos estritos: ter ascendência japonesa até quarta geração ou ser cônjuge de um indivíduo com tal ascendência. Os locais onde se encontram atualmente os descendentes de japoneses, os quais constituem a grande maioria dos emigrantes, estão distribuídos pelo território nacional em espaços semelhantes aos das colônias de japoneses que se estabeleceram no Brasil desde a imigração japonesa iniciada em 1908, estimulada, de um lado, pelos cafeicultores brasileiros, e de outro, pela situação econômica e política do Japão. As plantações de café, que tiveram substituídos os braços de africanos escravos por italianos, e estes por japoneses, estavam localizadas principalmente em São Paulo e norte do Paraná.

A distribuição dos retornados do Japão, como pode ser visto no mapa 2, evidencia a importância do espaço inicialmente ocupado no período da imigração japonesa, uma vez que mais de 80% desses retornados residiam em São Paulo e no Paraná, segundo o censo de 2000. A quantidade de retornados residentes em Minas Gerais e Rio de Janeiro, por um lado, também reflete a chegada, no passado, de trabalhadores para a agricultura cafeeira, ainda que em menor escala do que para São Paulo e Paraná; a importante proporção desses migrantes no

[7] Destacamos que para ser considerado "morador" pelo IBGE, o indivíduo deve ter como local habitual de residência o domicílio onde foi contado, ou, se estiver ausente no momento do censo, essa ausência (motivada por razões estritas, as quais estão detalhadas no manual do recenseador) não deve ultrapassar 12 meses até a data de referência do censo.

Pará, por outro, mostra uma comunidade originária da antiga colônia Acará, atualmente Tomé-Açu (Beltrão et al, 2006).

Mapa 2. População nascida no Brasil que declarou residência anterior no Japão segundo município de residência em 2000.



Podem ser observados, ainda, alguns outros locais de concentração desses migrantes de retorno, ainda que bem pouco representativos, como os estados do Centro-Oeste e do extremo Sul, e isso pode ser explicado pelas migrações internas. Os imigrantes e seus filhos, parte destes já nascidos no Brasil, trabalharam nos campos de São Paulo e Paraná até por volta dos anos de 1950. A partir de 1960, grande parcela da comunidade nipônica participou do êxodo rural que se intensificava na região, e os migrantes que continuavam a chegar do Japão dirigiam-se majoritariamente às áreas urbanas (Beltrão et al, 2006). Além de migrarem para as áreas urbanas, alguns dos descendentes de japoneses das gerações seguintes escolheram novos destinos dentro do território brasileiro, o que permite a verificação, nos dias

de hoje, da presença de descendentes de japoneses e, conseqüentemente, de retornados do Japão em áreas diferentes das ocupadas inicialmente pelos imigrantes japoneses do início do século XX.

O tipo de concentração de locais de origem vinculado à migração para os Estados Unidos, conforme será visto mais adiante, contrasta fortemente com a distribuição dos municípios envolvidos com o movimento em direção ao Japão. Apesar de reconhecidamente menor em volume do que o fluxo que leva à América do Norte, o registro de brasileiros retornados do Japão contabiliza 13% dos municípios do Brasil como locais de chegada desses migrantes. O universo de municípios com residentes expostos ao risco de se envolver na migração Brasil-Japão, no entanto, se restringe majoritariamente aos locais onde existem comunidades nipo-brasileiras, as quais se concentram nos estados de São Paulo e Paraná, que, como foi visto, respondem por mais de 80% dos retornos. Em São Paulo, quase 50% dos municípios têm migrantes retornados do Japão; no Paraná, essa proporção é de 41%, ainda que não existam comunidades de descendentes de japoneses em todas as cidades desses dois estados, o que aumenta a probabilidade de que a relação entre retornados e municípios com comunidades nipônicas seja ainda maior. Esses números revelam uma característica marcante desse movimento, associada à distribuição da população nipo-brasileira pelo território nacional: a simples existência de descendentes de japoneses numa localidade determina uma alta probabilidade de encontrarmos retornados do Japão. Isso ocorre, provavelmente, pelo fato de que os migrantes para os Estados Unidos seguem rotas marcadas pela falta de documentação apropriada e pela presença de redes sociais, enquanto que os migrantes para o Japão são selecionados, além da disposição de migrar, pela ascendência étnica, em sua grande maioria.

Tabela 3
População nascida no Brasil, com residência anterior no Japão, segundo sexo e UF de residência em 2000.

UF de Residência	Sexo (% por UF)		Participação da UF no Total (%)
	Masculino	Feminino	
Rondônia	38,10	61,90	0,26
Amazonas	35,93	64,07	0,53
Pará	51,82	48,18	1,99
Tocantins	34,62	65,38	0,08
Piauí	100,00	0,00	0,04
Ceará	48,19	51,81	0,26
Paraíba	50,00	50,00	0,09
Pernambuco	60,29	39,71	0,43
Bahia	51,35	48,65	0,47
Minas Gerais	56,87	43,13	3,34
Espírito Santo	41,54	58,46	0,20
Rio de Janeiro	44,04	55,96	1,79
São Paulo	50,34	49,66	52,79
Paraná	49,38	50,62	28,63
Santa Catarina	50,00	50,00	0,92
Rio Grande do Sul	54,22	45,78	0,97
Mato Grosso do Sul	51,24	48,76	3,80
Mato Grosso	49,38	50,62	1,01
Goiás	49,08	50,92	1,55
Distrito Federal	51,67	48,33	0,85
Total	**50,17**	**49,83**	**100,00**
N			**31775**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000. Tabulação própria.

Tabela 4
População nascida no Brasil, com residência anterior no Japão, segundo situação do domicílio e UF de residência em 2000.

UF de Residência	Situação do Domicílio		Participação da UF no Total (%)
	Urbano	Rural	
Rondônia	100,00	0,00	0,26
Amazonas	100,00	0,00	0,52
Pará	97,47	2,53	1,99
Tocantins	100,00	0,00	0,08
Piauí	100,00	0,00	0,04
Ceará	61,45	38,55	0,26
Paraíba	100,00	0,00	0,09
Pernambuco	100,00	0,00	0,43
Bahia	83,78	16,22	0,47
Minas Gerais	90,57	9,43	3,34
Espírito Santo	100,00	0,00	0,20
Rio de Janeiro	98,25	1,75	1,79
São Paulo	93,76	6,24	52,79
Paraná	95,20	4,80	28,63
Santa Catarina	96,22	3,78	0,92
Rio Grande do Sul	100,00	0,00	0,97
Mato Grosso do Sul	94,53	5,47	3,80
Mato Grosso	98,14	1,86	1,01
Goiás	100,00	0,00	1,55
Distrito Federal	84,07	15,93	0,85
Total	**94,36**	**5,64**	**100,00**
N			**31775**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000. Tabulação própria.

As variáveis que indicam a situação do domicílio, sexo e setor de atividade do retornado do Japão podem ser vistas nas tabelas 3, 4 e 7. Segundo esses dados, o equilíbrio entre homens e mulheres foi a característica que predominou, refletindo o que se sabe sobre os dekasseguis no Japão (Sasaki, 2001). A proporção de retornados residentes em áreas urbanas é superior a 94%, índice comparável ao dos retornados dos Estados Unidos (97%). No entanto, pode ser verificado um importante número de retornados do Japão no setor da agropecuária, ainda que a proporção de residentes em áreas urbanas seja bastante alto, fato que corrobora os dados exibidos por Beltrão et al (2006) e que se vincula à herança deixada pelos primeiros imigrantes; ainda mais evidente é a presença desses retornados no setor de comércio (30% para os retornados do Japão, 15% entre os dos Estados Unidos e 14% do Paraguai), o que pode ser considerado como uma vocação do grupo.

O retorno dos Estados Unidos da América: retrato de uma migração sem história, porém muito densa socialmente.

O fluxo de retorno dos Estados Unidos é o terceiro maior em volume registrado no censo de 2000. O número de pessoas nascidas e residentes no Brasil que viveram anteriormente nos EUA somava 29.591, perfazendo cerca de 16% do total de brasileiros retornados do exterior.

Tabela 5
População nascida no Brasil, com residência anterior nos Estados Unidos, segundo sexo e UF de residência em 2000.

UF de Residência	Sexo (% por UF)		Participação da UF no Total (%)
	Masculino	Masculino	
Rondônia	64,06	35,94	0,22
Acre	100,00	0,00	0,03
Amazonas	45,87	54,13	0,37
Pará	37,93	62,07	0,78
Maranhão	67,05	32,95	0,30
Piauí	45,54	54,46	0,34
Ceará	49,05	50,95	1,95
Rio Grande do Norte	51,06	48,94	0,48
Paraíba	66,24	33,76	0,53
Pernambuco	47,04	52,96	3,31
Alagoas	42,55	57,45	0,32
Sergipe	0,00	100,00	0,03
Bahia	57,34	42,66	2,21
Minas Gerais	55,08	44,92	21,09
Espírito Santo	57,84	42,16	2,72
Rio de Janeiro	48,69	51,31	16,80
São Paulo	51,45	48,55	25,33
Paraná	49,40	50,60	5,93
Santa Catarina	53,75	46,25	2,48
Rio Grande do Sul	51,12	48,88	4,96
Mato Grosso do Sul	46,70	53,30	0,77
Mato Grosso	58,67	41,33	0,51
Goiás	54,62	45,38	4,28
Distrito Federal	48,19	51,81	4,29
Total	**51,76**	**48,24**	**100,00**
N			**29591**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000. Tabulação própria.

O contingente de brasileiros que escolheu os Estados Unidos como destino ampliou-se em meados dos anos de 1980, seguindo os padrões comumente verificados em fluxos dessa natureza: predominância de homens mais jovens no início do movimento, atingindo certo equilíbrio entre os sexos com o passar dos anos e, concomitantemente, ampliação nas faixas de idade (Sales, 1999). Da mesma forma, verifica-se na tabela 5 o equilíbrio entre sexos para os retornados dos EUA, com leve superioridade para os migrantes do sexo masculino. Outro fato que não representa surpresa é a quase totalidade de retornados residentes em áreas urbanas (97%), como pode ser visto na tabela 6, uma vez que a corrente migratória para os Estados Unidos não era constituída por mão-de-obra destinada a trabalhar em atividades rurais. Nesse aspecto, deve ser considerada a alta proporção de retornados que se encontrava ocupada no setor imobiliário (13%) e de educação (20%), muito superior quando comparada aos outros dois contingentes de migrantes analisados aqui, como pode ser visto na tabela 7. O primeiro caso provavelmente está relacionado ao grande número de brasileiros que adquiriu imóveis, como fruto do trabalho no exterior, a exemplo dos valadarenses estudados por Soares (1995). Quanto aos retornados que trabalhavam no setor de educação, este pode ser o caso de brasileiros os quais já exerciam a mesma atividade e que a retomaram após o retorno, uma vez que essa atividade foi sempre muito citada em trabalhos nos quais se verificam descrições de ocupações dos brasileiros nos Estados Unidos (Margolis, 1994; Sales, 1999).

Tabela 6
População nascida no Brasil, com residência anterior nos Estados Unidos, segundo situação do domicílio e UF de residência em 2000.

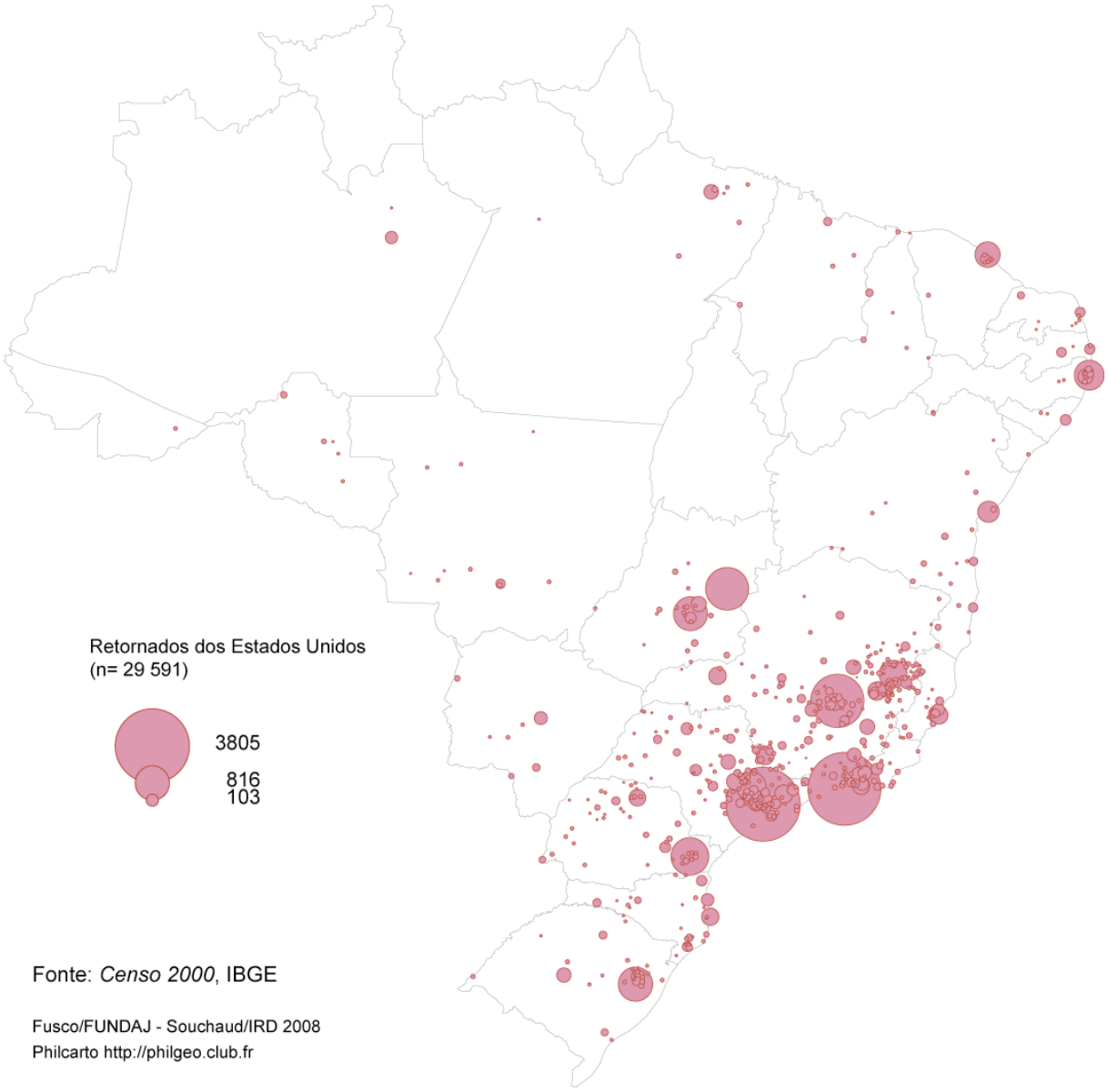
UF de Residência	Situação do Domicílio		Participação da UF no Total (%)
	Urbano	Rural	
Rondônia	87,50	12,50	0,22
Acre	100,00	0,00	0,03
Amazonas	96,33	3,67	0,37
Pará	93,10	6,90	0,78
Maranhão	100,00	0,00	0,29
Piauí	93,07	6,93	0,34
Ceará	100,00	0,00	1,95
Rio Grande do Norte	95,04	4,96	0,48
Paraíba	100,00	0,00	0,53
Pernambuco	98,78	1,22	3,31
Alagoas	100,00	0,00	0,31
Sergipe	100,00	0,00	0,03
Bahia	99,24	0,76	2,21
Minas Gerais	93,88	6,12	21,09
Espírito Santo	99,63	0,37	2,72
Rio de Janeiro	98,85	1,15	16,79
São Paulo	98,17	1,83	25,33
Paraná	97,38	2,62	5,93
Santa Catarina	91,68	8,32	2,48
Rio Grande do Sul	98,98	1,02	4,96
Mato Grosso do Sul	91,63	8,37	0,77
Mato Grosso	97,33	2,67	0,51
Goiás	99,05	0,95	4,28
Distrito Federal	97,08	2,92	4,29
Total	**97,19**	**2,81**	**100,00**
N			**29591**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000. Tabulação própria.

Deve ser destacado, ainda, o curto período de tempo necessário para que a comunidade de brasileiros nos Estados Unidos atingisse um número importante de pessoas. Vários estudos mostram que o pico de saídas do Brasil ocorreu entre 1986 e 1989 e que, ainda na década de 1980, este já era o principal movimento migratório de longa distância com origem em território brasileiro (Margolis, 1994; Soares, 1995; Sales, 1995). Ainda que não seja a principal fonte de retornados, a comunidade de brasileiros nos Estados Unidos tem sido considerada como a maior em um país estrangeiro. Segundo estimativa elaborada pelo Itamaraty[8] em 2001, esse país concentrava mais de 42% dos brasileiros residentes no exterior, algo em torno de 800 mil pessoas (Fusco, 2005). A proporção de migrantes indocumentados nesse contingente, contudo, contribui tanto para a falta de estimativas mais precisas, quanto para um menor volume de retorno, uma vez que a situação dos migrantes dificulta, por um lado, a autodeclaração ao censo Norte-Americano e, por outro, a livre circulação entre Brasil e Estados Unidos. Além disso, a política restritiva por parte do governo dos Estados Unidos é uma característica marcante e que muito diferencia este dos demais fluxos analisados neste trabalho.

[8] O Ministério das Relações Exteriores requisitou que os consulados estimassem o número de brasileiros residentes em suas respectivas áreas de abrangência.

Mapa 3. População nascida no Brasil que declarou residência anterior nos Estados Unidos segundo município de residência em 2000.



Assim, a maior comunidade de brasileiros no exterior proporciona o terceiro maior fluxo de retorno, de acordo com o último censo brasileiro. Ainda que não exista uma fonte oficial de dados representativos da população nacional como um todo que identifique a localização dos municípios ou UFs de origem, tampouco a proporção dos emigrantes frente aos residentes, a medida de retorno pode ser considerada como uma aproximação, tanto dessa distribuição espacial quanto da importância proporcional de cada recorte territorial na origem. Propõem-se, então, duas maneiras de analisar esse retorno.

Inicialmente, pode ser observada no mapa 3 a predominância dos retornados nos estados de São Paulo (7.491), Minas Gerais (6.240) e Rio de Janeiro (4.971); em seguida, verifica-se a presença, ainda intensa, no Paraná (1.757), Rio Grande do Sul (1.467), Distrito Federal (1.268) e Goiás (1.266); em cada uma das demais UFs o número de retornados era inferior a 1.000 pessoas. No interior das UFs citadas, o maior número de indivíduos estava localizado nos municípios sede das respectivas regiões metropolitanas e, nesse caso, a ordem

pouco se altera: São Paulo (3.805), Rio de Janeiro (3.696) e Belo Horizonte (1.957), Curitiba (977), Porto Alegre (816) e Goiânia (798).

Com exceção de Goiás e Distrito Federal, os cinco estados relacionados como de maior importância em termos de volume dos fluxos de retorno dos Estados Unidos, estão também entre os seis mais populosos do Brasil (Bahia, que não concentra esse tipo de migrante, é o quarto em população). Ou seja, ainda que tenha se verificado que o conjunto de migrantes retornados estivera concentrado em determinadas UFs, uma vez que as citadas acima agrupavam 83% dos mesmos retornados, ao mesmo tempo em que somavam 57% da população nacional, parece razoável supor que existia certa proporcionalidade entre os volumes de retorno e as respectivas UFs de residência em 2000.

O segundo modo de abordar as informações censitárias sobre o retorno dos Estados Unidos, por outro lado, orienta a percepção para uma concentração muito mais expressiva do que se destacou acima. O número absoluto de retornados é uma boa medida para avaliar o saldo de retorno, mas não para hierarquizar as localidades em função do impacto causado pelo volume de retorno na população. Utilizou-se, para este caso, uma medida que expressa a relação retornados/população total, tanto para municípios como para UFs. Esse procedimento posiciona, por exemplo, a cidade de São Paulo e seus 3805 retornados no 35º lugar do ranking, enquanto que Governador Valadares, com somente 540 habitantes que voltaram dos Estados Unidos, é elevada ao topo da lista. O reduzido número de municípios conectados com a migração para os Estados Unidos é uma característica marcante, evidenciada por vários ângulos. Em primeiro lugar, somente 10%, ou 555 dos 5507 municípios brasileiros registraram moradores residentes retornados dos Estados Unidos em 2000. A Região Sudeste, apesar de ser responsável por 43% da população nacional, contava com 66% dessa mesma categoria de migrantes. Minas Gerais, onde residia 10,5% da população brasileira, respondia por 21% dos retornados.

Quando mudamos a escala de observação para o limite espacial das UFs, constatamos mais uma vez que a grande maioria dos migrantes sai de um diminuto grupo de localidades: somente 64 municípios (dentre 555) têm proporção de retornados superior à média nacional; no estado de São Paulo, somente 17%, ou 110 dos 645 municípios têm retornados; em Minas Gerais, essa proporção é de 19%. Esta última UF é a que mais sofre o impacto da conexão de emigrantes com os Estados Unidos, pois exibe o mais alto índice retornados/população total dentre todas.

Assim, podemos dizer que os fluxos e contra-fluxos dos migrantes entre Brasil e Estados Unidos têm um padrão muito marcante na distribuição espacial da população, tanto na origem quanto no destino. Nos Estados Unidos, os dados do Ministério das Relações Exteriores mostram que 90% dos brasileiros residiam na costa leste (apud Fusco, 2005). Quanto à origem, encontramos muito poucos municípios no Brasil envolvidos com esse movimento, os quais se localizam predominantemente na região Sudeste. Mesmo dentro dos limites estaduais onde a emigração é mais intensa, como é o caso de Minas Gerais, a proporção de municípios vinculados a comunidades brasileiras no exterior não chega a 20%.

Dada a intensidade com a qual determinados brasileiros decidiram tentar a vida nos Estados Unidos, chega a ser surpreendente que tão poucos lugares tenham se transformado em pontos de saída para a emigração internacional. Municípios brasileiros que compartilham características sociodemográficas e econômicas, por exemplo, teriam também, a princípio, a propriedade de exibir números semelhantes na migração para os Estados Unidos, pois os fatores de atração no destino e a exposição ao modo de vida norte-americano, na origem, exerceriam a mesma influência sobre os brasileiros em toda parte da nação. A justificativa,

possivelmente, pode ser encontrada na dinâmica de circulação de recursos utilizados pelos migrantes, por meio de redes sociais.

É necessário ressaltar, inicialmente, que a maior parte dos recursos não-monetários utilizados por membros de qualquer comunidade é disponibilizada localmente. O conjunto desses recursos locais está conectado a interesses e normas sociais, que freqüentemente influenciam muito o comportamento das pessoas no interior de seus próprios grupos. Tais bens não-monetários, como informações importantes, favores, acesso a outros conjuntos de recursos por canais paralelos de relacionamento, circulam no interior de grupos sociais e entre esses grupos, cuja coesão, de maneira geral, depende da manutenção dos contatos entre os membros. Dessa forma, os laços pelos quais circulam alguns recursos importantes para a maioria das pessoas funcionam também como "âncoras", as quais contribuem para que o indivíduo permaneça no mesmo ambiente, ou seja, não migre.

Quando alguns migrantes pioneiros se estabelecem em outro país, depois de enfrentarem altos riscos e custos, tanto financeiros quanto emocionais, o primeiro estágio na consolidação de um fluxo emigratório é atingido. Para que o processo evolua, no entanto, é necessário que tais pioneiros mantenham e cultivem os laços sociais com a origem. O deslocamento de alguns migrantes e de suas redes pessoais para outra localidade, associado à ampliação dessas redes ao passo em que se estabelecem no destino, iniciam o processo de expansão da emigração, pois os demais membros do grupo original do migrante passam a ter mais e mais contatos no exterior, que se configuram como potenciais fontes de recursos. Os laços de parentesco e amizade, nesse contexto, restringem a ampliação do movimento aos limites espaciais, geralmente estreitos, nos quais repousam esses mesmos laços. O aumento do alcance das redes sociais relacionadas à migração internacional, portanto, amplia a esfera de inclusão para potenciais migrantes, ao mesmo tempo em que limita esse crescimento ao local onde se encontram os grupos sociais na origem, os quais se encontram vinculados aos respectivos membros no destino. Como conseqüência, somente alguns indivíduos de determinadas cidades podem alimentar e concretizar as expectativas de migrar para locais específicos, como o que foi verificado na corrente e contra-corrente de brasileiros para os Estados Unidos.

Tabela 7
População nascida no Brasil segundo país de residência anterior e setor de atividade em 2000.

Setor de Atividade	***País de residência anterior***			
	Estados Unidos	**Paraguai**	**Japão**	**Todos os países**
Agricultura, Pecuária etc	2,93	32,42	10,58	11,83
Indústrias	10,11	15,14	12,46	12,35
Construção civil	2,58	9,06	3,14	5,18
Comércio e Reparação de objetos	15,23	13,59	29,73	16,94
Alojamento e Alimentação	5,22	3,97	6,71	5,11
Transporte, Armazenagem e Comunicações	6,55	3,73	5,45	4,85
Atividades Imobiliárias	13,22	2,14	7,51	8,12
Educação	19,77	1,17	5,09	11,54
Saúde e Serviços Sociais	6,26	0,99	3,07	4,16
Serviços Domésticos	1,48	12,00	1,97	5,44
Outros	16,65	5,80	14,29	14,49
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**
N	**16032**	**21391**	**13365**	**86413**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000. Tabulação própria.

Considerações finais

O Brasil é considerado atualmente, com certa razão, um país de pouca intensidade imigratória. Com menos de 700 000 pessoas nascidas no estrangeiro em 2000, o Brasil demonstra uma baixa atratividade. No entanto, existe uma categoria de migrante pouco estudada, embora bem representada no Brasil: os retornados. Levantando bibliografia sobre esse tema e sobre essa população, percebemos que o retorno era uma categoria à parte, que juntava várias facetas muito pouco conectadas entre si, dando sinais que essa categoria, muito fragmentada, ainda estava em construção.

Por não ser, de modo geral, uma população estrangeira[9], não corresponde à imagem comum do imigrante/estrangeiro, isto é do outro. A percepção diferenciada desse contingente por parte da população global - não é estrangeiro, logo não é exatamente um migrante - se reflete, de certa forma, nas análises acadêmicas. Assim, a questão da alteridade, central na migração em geral, parece totalmente ausente, ou tratada de forma muito específica, quando se aborda o retorno. De fato, ela aparece principalmente no retorno étnico, mas seu quadro de referência é o país de emigração, e não de retorno: essa alteridade e, conseqüentemente, a condição de migrante, existe no lugar de emigração e não de retorno. No entanto, existem casos de retorno nos quais se expressaram várias características comumente associadas à condição de estrangeiro/migrante. Por exemplo, no caso do retorno de contingentes massivos, em momentos históricos excepcionais, como as guerras de independência quando, em 1962, chegaram à França cerca de 1.000.000 franceses da Algéria[10]. Eram os chamados "*pieds noirs*", cuja irrupção na sociedade francesa não aconteceu de maneira despercebida, mas levantou várias questões polêmicas e criou situações de conflito muito similares às ligadas à entrada de imigrantes estrangeiros num determinado país[11].

Quando nos lançamos nesse estudo, começamos por representar espacialmente, por município, a distribuição dos retornados recentes, distinguindo o retorno segundo países de origem. A cartografia despertou a curiosidade e rapidamente nos fez pensar sobre as possíveis explicações das distribuições diferenciadas dos fluxos de retorno.

Os retornados do Paraguai se localizam predominantemente na fronteira, não porque o retornado teria vontade de manter certa proximidade com o país de emigração, ou porque o país de emigração ainda exerce atração sobre o retornado. A razão mais provável, que tentamos expor neste trabalho, é que o retornado é "condicionado" no retorno pelo fluxo de emigração, sendo esse último definido, ou orientado, pela dinâmica sócio-espacial da fronteira agrícola. Essa maneira de articular o processo faz toda a diferença: o retornado, não volta ao lugar de nascimento ou para onde residem familiares que não migraram, mas ao lugar onde a dinâmica territorial o tinha deixado antes de emigrar para o Paraguai (isto é, último lugar de residência antes da migração internacional); ou, então, para os novos lugares dessa mesma dinâmica territorial (novas fronteiras agrícolas, no Mato Grosso, por exemplo). De certa

[9] Na prática, embora seja raro, um retornado pode ser estrangeiro, desde que tenha nascido no Brasil e tenha passado por sua última etapa migratória (nos últimos dez anos) em país estrangeiro.

[10] Outro exemplo seria o retorno dos brasileiros do Paraguai, no final dos anos 80 quando, em massa foram rechaçados, às vezes violentamente, do Paraguai, chegaram, no Brasil onde, novamente, não conseguiram se instalar. Esse contingente « ganhou » as características de migrantes em conseqüência de uma experiência traumática.

[11] Essas situações nos lembram que a xenofobia, por definição, existe em reação não somente ao estrangeiro, mas também ao que vem do estrangeiro.

forma, isso não é nada mais que uma continuidade num processo migratório inacabado e suas "multi-etapas". Esse caso demonstra que o retorno não é o final de uma seqüência migratória, a conclusão de um ciclo de vida, mas, ao contrario, é provavelmente um elemento a mais num ciclo que não acaba.

No caso dos retornados do Japão, vimos que os determinantes do retorno têm a ver com a história da imigração japonesa no Brasil. Mais uma vez, está escrita em filigrana no retorno do migrante, não a própria história do migrante, mas a história de seus ascendentes e a evolução das relações do país de origem (o Japão) com sua comunidade dispersa no estrangeiro e com os países receptores (no caso, o Brasil) dessa comunidade. Por sua visão exclusiva da cidadania, o Japão emitiu as condições históricas para que seus imigrantes de hoje fossem descendentes de seus emigrantes de ontem, esses que são hoje brasileiros, retornados do Japão, chamados de japoneses no Brasil e dekasseguis no Japão.

Por último, o retorno dos Estados Unidos, parece totalmente fora de uma lógica de lugar qualquer no Brasil. Não corresponde nem aos lugares de imigração dos Estadunidenses, nem aos elementos relevantes da dinâmica territorial do Brasil contemporâneo. Aparentemente, só porque a lógica do lugar se define em outros lugares, segundo outras condições. Esse retorno "sem história" se define por uma alta coesão social, ela mesma altamente concentrada, em alguns lugares em ambos extremos do continente. Essa coesão social, para que exista e possa articular regiões, países tão distantes, Brasil e EUA, tem que ter como base a proximidade, a quase instantaneidade que a vizinhança torna possível. Logo, acontece essa altíssima concentração dos emigrantes e retornados, sendo que, mais uma vez o retorno reflete o processo migratório inicial.

Finalmente, parece que a questão do retorno está intimamente conectada à emigração e, mais especificamente, às condições de produção de um determinado fluxo de emigração, cuja conformação se define historicamente, politicamente e socialmente, aqui, lá e em muito outros lugares.

Bibliografia Consultada

BASSANEZI, M. S. C. B. Imigrações Internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, N. L. (Coord.). **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo**. 1 ed. São Paulo-SP: FNUAP, 1995, v.1, p. 001-038.

BELTRÃO, K. et al; Trabalhando no Brasil: características da população de origem japonesa segundo os censos entre 1980 e 2000. **Anais** do XV Encontro da ABEP. Caxambu, 18 a 22 de setembro de 2006.

BERTHOMIÈRE, W. De l'Aliya à l'immigration, ou la lecture d'un continuum migratoire. **Revue Européenne des Migrations Internationales.** Poitiers, 1996, v.12: p.33-60

FUSCO, W. Capital Social e Dinâmica Migratória: um estudo sobre brasileiros nos Estados Unidos. **Textos Nepo**, n. 52. Campinas, 2005.

MARGOLIS, M. **Little Brazil: imigrantes brasileiros em Nova York**. Campinas: Papirus, 1994.

MICHALON, B. Les retours en migration : une notion polysémique, des formes migratoires multiples. In **Migrations internationales de retour dans la perspective des pays du Sud,** ed. V Petit. Paris: CEPED. 2006.

RAVENSTEIN, E. The Laws of Migration. **Journal of the Statistical Society**: Londres, 1885, pp. 167-235.

SALES, T. **Brasileiros longe de casa**. São Paulo: Cortez, 1999.

SASAKI, E. M. Dekasseguis: trabalhadores migrantes nipo-brasileiros no Japão. **Textos Nepo,** n. 39. Campinas, 2001.

SOARES, W. **Emigrantes e investidores: redefinindo a dinâmica imobiliária na economia valadarense**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

SOUCHAUD, S.. Tendances de l'immigration au Paraguay. Premiers résultats du Recencement 2002. **Revue Européenne des Migrations Internationales**, 2004, n. 3: pp.179-84.

_____.. **Geografía de la migración brasileña en Paraguay**. Asunción: UNFPA - ADEPO http://www.brasil.ird.fr/article.php3?id_article=3034. 2007, 382 pp.

VERGER, P. **Flux et reflux de la traite des nègres entre le golfe de Bénin et Bahia de todos os santos, du dix-septième siècle au dix-neuvième siècle 720**. Paris/La Haye, Mouton & Co. 1968.